

Vandalismo nas escolas

JORNAL DE BRASÍLIA

Levantamento da Secretaria de Educação indica que seriam necessários recursos da ordem de Cr\$ 1 trilhão para restaurar ou reformar metade das quase quinhentas escolas da rede pública do Distrito Federal. No entanto, o Orçamento Geral da União, cujo texto final estará sendo votado em breve, prevê para o corrente ano um repasse de apenas Cr\$ 350 milhões para a área de educação de Brasília. Essas informações levam-nos a concluir que, como já vem sendo denunciado insistentemente por este jornal, os repasses de recursos da União para a capital da República em 1993 são mais do que insuficientes. São ridículos. De outro lado, conclui-se também que a destruição do patrimônio público nas escolas de Brasília ocorre numa escala insuportável. O vandalismo, pode-se dizer, também põe em risco a educação brasileira, da mesma forma que os cortes orçamentários.

Neste início de ano letivo, mais uma vez a Secretaria de Educação assegura que os diretores e professores das escolas locais vão desenvolver campanha junto aos alunos para tentar conter a destruição de carteiras, banheiros e quadros-negros. Este é o momento, pois, de pedir maior empenho e rigor dos educadores porque o que se tem visto, ano após ano, é a destruição sistemática dos bens de uso comum, numa proporção insuportável. Este é o momento de se perguntar se não chegou a vez de punir com rigor os vândalos, expulsando-os das escolas, obrigando-os a pagar pelos estragos que causaram, responsabilizando-os até mesmo

criminalmente, quando for o caso. Chega de contemplação e de paternalismo para com os que destroem o que deveria ser preservado com o maior cuidado.

São muitos os casos de vandalismo relatados pelas reportagens jornalísticas. Os brasilienses estão cansados de ver pilhas imensas de carteiras destruídas. Os brasilienses estão cansados de explicações simplistas, como a de que os jovens de regiões mais carentes são revoltados. Nada justifica a destruição do que é comprado com o dinheiro público, que, em última análise, sai do bolso dos cidadãos. Os diretores têm responsabilidade direta no problema porque está nas mãos deles a punição dos comprovadamente infratores.

A questão na verdade é bem mais ampla. Nasce na cultura de desrespeito que impera no País com relação ao dinheiro público. Esse dinheiro é sistematicamente dilapidado pelos governantes em obras eleitoreiras, inconclusas, faraônicas, dispensáveis. Esse dinheiro muitas vezes é retirado de setores fundamentais para outros de onde possa ser mais tranquilamente pilhado. Essa é uma das grandes batalhas que o Brasil precisa enfrentar, além da inflação. Os brasileiros precisam rever urgentemente suas atitudes em relação aos bens comunitários.

O País não suporta mais a predação. Depois de pilhado quando colônia, depois de pilhado pelos financistas do mundo todo, o Brasil precisa cuidar de seu patrimônio. E, como em tudo na vida humana, a revolução deve começar pelas escolas.